

A tese da transparência e o representacionismo perceptivo

Karla Chediak
UERJ-CNPq

Esse artigo tem como objetivo analisar a relação entre a tese da transparência e o representacionismo, tendo em vista a determinação do tipo de conteúdo da experiência perceptual, associada principalmente à experiência visual. Um dos principais pontos a ser trabalhado é, dada a tese da transparência, o tipo de relação existente entre o conteúdo da experiência e o objeto perceptual, questionando se esse conteúdo expressa as propriedades gerais aplicáveis ao objeto ou as propriedades singulares do objeto.¹

TESE DA TRANSPARÊNCIA E O REPRESENTACIONISMO

A tese da transparência presente nos debates em filosofia da percepção foi concebida primeiramente por George Edward Moore (1903) e tem sido demandada e disputada por diferentes teorias da percepção. Uma das suas principais referências é o artigo de Gilbert Harman - *The intrinsic quality of experience*, no qual Harman pretende responder a alguns argumentos contrários ao funcionalismo psicofísico, estabelecendo uma distinção entre as propriedades do objeto da experiência e as propriedades da experiência de um objeto (Harman, 1990, p. 31). A tese que ele questiona é aquela que afirma que, ao se ver uma maçã vermelha,

1 Emprego o termo “objeto” para caracterizar de modo geral o conjunto de entidades que podem ser individuados por meio da experiência perceptual, como eventos, coisas e propriedades.

o que se experienciamos é uma qualidade intrínseca à própria experiência de maçã, significando com isso que nas experiências perceptuais apreendemos diretamente as propriedades internas ou mentais que podem ou não apresentar uma relação com um objeto externo. Harman contrapõe-se a essa afirmação, argumentando que as experiências perceptuais são relacionais ou intencionais, havendo, portanto, uma distinção importante entre as características intrínsecas do objeto intencional e as características intrínsecas da experiência mesma. (Harman, 1990, p. 42) Com isso, ele não apenas enuncia o caráter diáfano das experiências perceptuais, mas fixa a associação entre a tese da transparência e a abordagem representacional das experiências perceptuais, cujo conteúdo é caracterizado como a forma de apresentação do ambiente externo para o indivíduo que percebe.²

O representacionismo é, como esclarece David Chalmers, uma tese que afirma serem as propriedades fenomenais idênticas às propriedades representacionais. (Chalmers, 2010, p. 342) Aqueles que adotam o representacionismo reducionista defendem que todos os estados mentais são intencionais, reduzindo o caráter fenomenal da experiência ao seu papel representacional: “Reductive representationalism holds that phenomenal properties are identical to certain pure or impure representational properties that can be understood without appeal to phenomenal notions.” (Chalmers, 2010, p.350). Os que adotam o representacionismo não reducionista ou representacionismo fraco afirmam o contrário: “Nonreductive representationalism holds that phenomenal properties are identical to certain pure or impure representational properties, where these cannot be understood without appeal to phenomenal notions.” (Chalmers, 2010, p. 350) Chalmers assume o representacionismo fraco e afirma que ambas as formas de conceber o representacionismo são compatíveis com a tese da transparência.³

Além dessa distinção, pode-se dividir os defensores do representacionismo entre aqueles que defendem uma teoria representacional de nível superior ou de segunda ordem, como, por

2 Eis a famosa passagem do texto Harman que exemplifica a tese da transparência: “When Eloise sees a tree before her, the colors she experiences are all experienced as features of the tree and its surroundings. None of them are experienced as intrinsic features of her experience. Nor does she experience any features of anything as intrinsic features of her experience. And that is true of you too. (Harman, 1990, p. 39)

3 “As I construe it, the central datum of transparency is that when we attempt to introspect the qualities of our experiences (eg., phenomenal redness), we do so by attending to the qualities of external objects (eg., redness). In effect, we look “through” the phenomenal property.” (Chalmers, 2010, p. 368)

exemplo, Peter Carruthers, e os que defendem uma teoria representacional de primeira ordem, como Fred Dretske e Michael Tye. A distinção básica entre eles é que, para os primeiros, o conteúdo da experiência perceptiva envolve também conceitos oriundos da atividade cognitiva de pensamento; enquanto, para os segundos, o conteúdo da experiência é não conceitual, ainda que possa ser exigido que esse conteúdo esteja disponível para a formação de pensamentos ou crenças para que seja considerado conteúdo experiencial. A tese da transparência associa-se às teorias representacionais de primeira ordem, mas como argumenta Carruthers, ela pode ser associada também a teorias representacionais de segunda ordem.⁴ (Carruthers, 2004, p. 24)

Apesar de não se poder vincular a tese da transparência exclusivamente ao representacionismo, há certo consenso de que o conteúdo da experiência visual verídica expressa ou representa o objeto externo. Desse modo, vou pressupor esse vínculo entre a tese da transparência e o representacionismo, questionando se o que se expressa na experiência são as propriedades singulares atribuídas ao objeto percebido com o qual o indivíduo está em relação causal ou se são as propriedades gerais que se aplicam a todos objetos percebidos que sejam do mesmo tipo.

A fim de responder a essa questão, vou considerar a distinção entre uma versão ampla da tese da transparência e outra versão mais estrita, pressupondo que ambas consideram as propriedades apresentadas na experiência como propriedades atribuídas ao objeto e não à experiência mesma. Segundo a versão mais ampla, o conteúdo da experiência perceptual é caracterizado como geral, enquanto a versão mais estrita considera ser o conteúdo um atributo do objeto singular.

O problema que discuto abaixo é o de saber se o representacionismo pode ser compatibilizado com a tese estrita da transparência, para a qual o conteúdo representacional da experiência perceptual apresenta as propriedades do objeto com o qual se está em relação causal. Para isso, discutirei as abordagens de Dretske e Tye sobre o representacionismo perceptual. Ambos adotam uma teoria representacional de primeira ordem, não requerendo a participação de

4 Segundo Carruthers, no conteúdo fenomenológico de uma experiência não há nada além do que é afirmado pelos defensores da teoria de primeira ordem, porém: “[...] in another sense this *is* a difference of content, since the content *seeming red_a* is distinct from *red_a*.” (Carruthers, 2004, p.184) No “parecer vermelho” só é levado em conta o elemento subjetivo da experiência, porém, seria necessário distinguir o caráter subjetivo e o objetivo (*wordly*) da experiência relacionado com o conteúdo objetivo. (Carruthers, 2004, p. 249)

nenhum tipo de estado mental de nível superior para a atribuição de experiência sensorial ou perceptual.⁵ Por consequência, tudo o que se apresenta no conteúdo da experiência advém do objeto e do ambiente externo, não envolvendo conceitos. Desse modo, tanto a concepção de Tye quanto a de Dretske estão comprometidas com a tese da transparência, embora eles terminem por conceber distintamente a relação entre o conteúdo da experiência e o seu objeto.

A TESE DA TRANSPARÊNCIA SEGUNDO DRETSKE

De acordo com Dretske, o que especifica o caráter transparente do conteúdo representacional das experiências perceptuais é o fato de que na experiência apresentam-se as propriedades do objeto enquanto tipo (*type*), por isso, esse conteúdo por si só não é suficiente para identificar singularmente o objeto: “The object a representation is a representation of is not determined by the properties that object is represented as having. Nothing guarantees that black-horse pictures are pictures of black horses.” (Dretske, 1995, p. 24) As propriedades representacionais não determinam o objeto enquanto singular, elas são propriedades gerais que não são suficientes para individuar o objeto da experiência.

O que ocorre é que o conteúdo das experiências às vezes nos apresenta propriedades como sendo do objeto, mas que, na realidade, não são propriedades do objeto com o qual estamos relacionados causalmente e, outras vezes, apresentam propriedades que não estão relacionadas a objeto algum, correspondendo respectivamente aos casos de experiência perceptual inverídica e de experiência alucinatoria. Por isso, diz Dretske, o conteúdo da experiência não basta para identificar singularmente o objeto e é necessário levar em conta o contexto no qual a experiência ocorre. O papel do contexto é determinar a referência, individuar o objeto representado, permitindo a avaliação do caráter acurado ou inacurado da experiência perceptual. (Dretske, 1995, p. 25) Para Dretske, embora o contexto especifique as condições em que ocorre a experiência, ele mesmo não faz parte da informação que está sendo veiculada por meio dessa experiência, por isso, não é relevante para a determinação do conteúdo informacional. (Dretske,

5 Utilizo aqui o termo “experiência perceptual” no mesmo sentido que Carruthers, ou seja, para indicar os conteúdos perceptuais que sempre ocorrem associados à consciência fenomenal subjetiva, envolvendo fenomenologia, ainda que se possa reconhecer a existência de conteúdos perceptuais sem consciência fenomenal. (Carruthers, 2004, prefácio)

1982, p. 115) Apesar disso, é sempre possível que não sendo satisfeitas essas condições, seja por causa de um mau funcionamento do sistema perceptivo seja por alguma interferência de elementos externos, o resultado final da transmissão da informação seja afetado, já que são os elementos contextuais que dizem respeito às relações entre o conteúdo da representação e o ambiente externo que permitem a individuação do objeto e a avaliação de sua acuracidade.

Ainda que não seja *de re* por não especificar o objeto com o qual o indivíduo está vinculado causalmente, o conteúdo fenomenal das experiências têm, segundo Dretske, garantido o seu caráter externalista por meio de sua natureza teleofuncional. As funções às quais ele se refere são funções que se determinam por meio da história biológica. No caso dos sistemas sensoriais que são sistemas representacionais naturais, as funções são determinadas por meio do processo de evolução, ou seja, filogeneticamente.⁶ Elas teriam sido fixadas ao longo do processo de evolução biológica das espécies por covariação e por terem sido importantes para a sobrevivência, reprodução e interação dos organismos com o seu meio ambiente.

Assim, mesmo quando não houvesse objeto externo causando a experiência, o conteúdo fenomenal da experiência representaria propriedades do ambiente externo, por serem estas as propriedades que o conteúdo teria função de informar, informando acuradamente quando houvesse o objeto adequado causando a experiência e inacuradamente quando não houvesse. Tal concepção representacional e teleofuncional do conteúdo da experiência tem como consequência a recusa da tese de que os conteúdos das experiências sejam idênticos ou supervenham aos respectivos estados físicos que os realizariam. Dentro da cabeça, haveria apenas os veículos de

6 Há pelo menos duas maneiras de se compreender o conceito de função, a etiológica e a analítica, e a meu ver as duas se complementam, mas quando o que está em questão são os sistemas naturais como os sistemas perceptuais, a concepção etiológica é a mais relevante. A concepção etiológica sustenta que as explicações funcionais dão conta de por que certo traço está presente no sistema ao qual ele pertence, cumprindo certo papel funcional. Tal concepção de função apresenta caráter normativo. No caso dos sistemas naturais, ela explica por que certo traço está presente nos organismos de uma dada população cumprindo certa função na dinâmica do sistema ao qual pertence. Leva-se em conta os efeitos passados da ação da seleção natural que, por operarem sobre populações, dizem respeito ao traço enquanto tipo (*type*) e não enquanto espécime (*token*) (Neander, 1999, p. 130). Por exemplo, o coração tem a função de bombear o sangue, porém se por alguma razão ele não o faz, isso não elimina a sua função. Já a abordagem analítica é disposicional, ou seja, leva em conta o papel desempenhado por um traço na capacidade e atividade total do sistema a que ele pertence, considerando apenas as suas disposições atuais sem levar em conta o processo de seleção, não sendo por isso normativo.

conteúdo correspondentes às atividades neurofisiológicas, sendo as propriedades fenomenais, enquanto representacionais relativas ao objeto da experiência, ou seja, elas seriam o modo como tais objetos se mostram na experiência.⁷ Por exemplo, se por acaso subitamente fosse formada uma réplica perfeita de mim, tendo os mesmos estados cerebrais que eu, ela não teria os estados mentais que eu teria naquele momento por não ter o caráter funcional e lhe faltar as condições históricas necessárias. Na verdade, essa réplica não teria nenhum estado mental.⁸ (Dretske, 1995, p. 125)

Apesar de externalista, a abordagem de Dretske acerca das experiências perceptuais pode ser caracterizada como indireta, uma vez que os conteúdos experienciais são gerais. Ela abraça o princípio do fator comum, que diz que, pelo menos algumas vezes, não é possível discriminar, por meio da introspecção, experiências alucinatórias e experiências verídicas, pelo fato de ambas possuírem o mesmo conteúdo fenomenal. Como afirma William Fish, o critério para caracterizar uma experiência como indireta não requer a existência de objetos mentais, requer somente que se aceite que as experiências nos casos de percepção verídica e de percepção não-verídica correspondentes são do mesmo tipo. (Fish, 2004, p. 9)

Sendo assim, só podemos dizer que a concepção dretskeana de percepção incorpora a tese da transparência, se compreendermos essa de forma ampla, requerendo apenas que não

7 De acordo com Dretske, a covariação informacional entre estados físicos internos do indivíduo e estados ambientais encontra dois tipos de explicação. Um por meio da causa disparadora (*triggering cause*) que, sem levar em conta o aspecto funcional, explica por que, dado certo estímulo externo, um estado neurofisiológico provoca uma resposta do indivíduo. Nesse caso, a explicação ocorre no nível físico. O outro tipo de explicação é feito pela causa estruturante (*structuring cause*). A explicação, nesse caso, é dada pelo conteúdo representacional, caracterizado por sua função informacional e histórica. Desse modo, o conteúdo fenomenal das experiências é atribuído ao objeto, pois é o modo como o indivíduo representa objeto, ou seja, o modo como o objeto se apresenta ao indivíduo que o experiencia.

8 “Imagine replacing a thinking-feeling being - you, say - with a duplicate, a “person” that not only lacks your history, but lacks *any* history that would give its information-providing systems the relevant biological and learning theoretic function. Such a being would get the same information you get (through its “eyes”, “ears”, and “nose”), but these systems, lacking the appropriate history, would not have the biological functions of providing information - at least not if biological functions are understood (as here understood) as product of a certain selectional process[...] The “senses” (if we can any longer call them that) of your duplicate would not generate representations. (Dretske, 1995, p. 126)

haja contribuição de fatores internos, conceituais, na formação do conteúdo da experiência, mas sem exigir que esse conteúdo apresente as propriedades do objeto singular.

A TESE DA TRANSPARÊNCIA SEGUNDO TYE

O problema da compatibilização entre o representacionismo perceptual e a tese da transparência estrita é levantado por Tye. Em seu artigo *Yes, phenomenal character really is out in the world*, diz ele: “My earlier work was not transparent enough about transparency.” (2015, p. 485). Assim como Dretske, Tye abraçou a tese da transparência desde seus primeiros trabalhos. Para ele, dizer que a experiência é transparente significa adotar uma postura representacional frente ao caráter fenomenal da experiência. Tal como Dretske, ele concebeu inicialmente o conteúdo como geral, não apresentando as propriedades do objeto singular com o qual o indivíduo está em relação causal. Do mesmo modo que Dretske, ele não tinha dificuldade de explicar os casos de alucinação, em que não há objeto adequado causando a experiência.

No entanto, recentemente, Tye mudou sua posição teórica e não mais considera que o conteúdo das experiências seja geral. Em *Consciousness Revisited* (2009), Tye defende uma concepção direta da percepção, na qual o conteúdo da experiência perceptual verdadeira é singular. Desse modo, ele abre mão do princípio do fator comum anteriormente adotado e julga que, embora às vezes não possamos discriminar os conteúdos de nossas experiências verdadeiras e alucinatórias, não devemos concluir daí que os conteúdos têm a mesma natureza, incorporando parcialmente a tese adotada pela posição disjuntivista.⁹ Nesta obra, ele considera que o conteúdo singular da experiência perceptual deve ser pensado a partir de um modelo que distingue “esquemas de conteúdo” e “conteúdo”. Por exemplo, ao se considerar duas experiências fenomenalmente indistinguíveis, uma verdadeira e a outro alucinatória, diz Tye, acerca de seus conteúdos: “The two contents, thus, have a common structure. This structure may be conceived of as having a slot in it for an object.” (Tye, 2009, p.81) Quando há objeto, o conteúdo é singular, apresentando as propriedades do objeto e, quando não há objeto, o espaço não é

9 Michael Martin também defende um vínculo entre o disjuntivismo, posição por ele adotada, e a tese da transparência, pois a transparência se expressaria melhor quando a experiência apresentasse as propriedades do objeto singular ao se ter uma experiência perceptiva acurada. (Martin, 2002b, p. 393)

preenchido, originando um “conteúdo vazio” [*gappy content*], mas ainda assim há um conteúdo, classificado como inverídico. Experiências alucinatórias e experiências perceptuais verídicas podem ter o mesmo caráter fenomenal, correspondendo ao mesmo esquema de conteúdo e o que as diferencia é a presença do objeto que só ocorre nas experiências perceptuais verídicas, caracterizando-a como representacional.

Essa nova abordagem teórica exigiu de Tye o abandono do representacionismo forte ou reducionista anteriormente adotado e que afirmava que há redução do caráter fenomenal das experiências às propriedades representacionais e exigia para duas experiências perceptuais com o mesmo caráter fenomenal, sendo uma verídica e a outra alucinatória, a atribuição do mesmo conteúdo, pois do contrário não haveria redução do aspecto fenomenal ao representacional, como requer o representacionismo forte. Na concepção mais recente, como vimos, isso não é possível, já que o objeto adequado com o qual o indivíduo está relacionado causalmente é parte do conteúdo das experiências perceptuais verídicas, mas não o é das experiências alucinatórias. Tye adota, então, o representacionismo fraco, sustentando haver uma relação de superveniência entre as propriedades, estabelecendo entre elas uma relação de dependência, mas não de identidade. Desse modo, torna-se possível afirmar que duas experiências, uma verídica e a outra alucinatória, que sejam indiscrimináveis por introspecção, tenham conteúdos representacionais distintos, pois um é singular e contém o objeto e o outro é vazio.

No entanto, a adoção do representacionismo fraco gerou outro problema para tal concepção, porque de acordo com a relação de dependência enunciada pelo representacionismo, as propriedades do nível superveniente são dependentes e até determinadas pelas propriedades de nível inferior, e é essa relação que se espera entre as propriedades representacionais e as fenomenais. Mas, segundo a teoria de Tye, duas experiências alucinatórias distintas que possuam caracteres fenomenais distintos teriam o mesmo conteúdo vazio. No entanto, isso não seria possível, pois os dois conteúdos representacionais teriam de ser diferentes, caso o conteúdo da experiência alucinatória fosse representacional.¹⁰

10 De acordo com essa abordagem, o conteúdo é uma entidade estruturada, esquemas, denominado *SWF content schemas* “meaning schemas yielding singular contents when their slots are filled.” (Tye, 2009, p. 81). No caso das experiências alucinatórias “the experience has a content that is an instance of an *SWF* content schema, the slot in which is empty.” (Tye, 2009, p. 82)

Em *Transparency, qualia realism and representationalism* (2014a), Tye desenvolve uma longa crítica à sua concepção que atribui conteúdo vazio para as experiências alucinatórias.¹¹ Como solução, ele decide não abrir mão do representacionismo forte nem do seu compromisso com a tese estrita da transparência, mas abandonar o “representacionismo de conteúdo” e adotar o que denomina “representacionismo de propriedade”. De acordo com ele, não seria possível conciliar o representacionismo de conteúdo com o conteúdo da experiência perceptiva verídica concebido como conteúdo singular. Tal representacionismo não estaria fundamentado no fenômeno da transparência. (Tye, 2014a, p.4) O problema estaria nos casos de alucinação que por serem experiências têm de ter conteúdo. Não é objeto desse artigo discutir a mais recente abordagem de Tye, mas sim insistir em uma reflexão sobre a relação entre transparência e o representacionismo de conteúdo.

De fato, considerando a análise acima, a tese da transparência apropriada ao representacionismo de conteúdo é aquela que se caracteriza como ampla. Portanto, é a concepção externalista de Dretske de experiência a que parece ser mais adequada, por conciliar o representacionismo forte com a concepção ampla da tese da transparência, fundamentada no teleofuncionalismo por ele adotado.

REPRESENTACIONISMO E PERCEPÇÃO DIRETA

No entanto, podemos questionar se, com base na concepção teleofuncional informacional do conteúdo perceptual, podemos encontrar uma solução para o problema da compatibilização entre a concepção estrita da tese da transparência e o representacionismo de conteúdo.

Para isso é necessário, em primeiro lugar, incorporar parcialmente a tese disjuntivista, que estabelece uma distinção de natureza entre experiências alucinatórias, em que não há relação com objeto, e experiências perceptuais, em que há relação direta com o objeto. Em segundo lugar, é preciso abandonar o representacionismo forte, tal como o fez Tye na primeira versão de sua solução para esse problema. Nesse caso, as propriedades fenomenais não seriam redutíveis às propriedades representacionais e, enquanto distintas, seriam supervenientes ou idênticas às propriedades

11 Ver *What is the content of a hallucinatory experience*. (2014b)

neurofisiológicas que as realizariam¹². Elas não seriam por si mesmas representacionais, mas funcionais, podendo sua ocorrência ter ou não papel representacional.¹³ O que as tornam funcionais é o fato de terem sido o alvo de um processo de seleção responsável pela relação de covariação entre as propriedades fenomenais e as propriedades físicas do meio ambiente.¹⁴

De acordo com o conceito etiológico de função, não se perde uma função pelo fato de não a satisfazer. Isso nos permite atribuir conteúdo funcional às experiências alucinatórias, na medida em que elas têm a mesma origem evolutiva que as experiências perceptuais verdadeiras e, embora não representem nada, elas têm a função da representar, de informar sobre as propriedades do ambiente externo. Consequentemente, as propriedades fenomenais presentes numa experiência alucinatória por nem informarem nem representarem não devem ser avaliadas quanto à acuracidade, e seus conteúdos funcionais são gerais, uma vez que não estão relacionados com nenhum objeto em particular.¹⁵

12 Para sustentar essa concepção não é necessário assumir uma posição definitiva acerca da relação entre as propriedades fenomenais e as estruturas neurofisiológicas do cérebro. Pode-se concebê-las como sendo supervenientes ou idênticas aos estados cerebrais, pois tanto de um modo quanto do outro, elas teriam adquirido função de representar. Explora-se hoje a possibilidade de as propriedades fenomenais serem parte da “realidade física” que compõe o universo ou ainda algum tipo de propriedade oriunda da formação de certas complexidades de estruturas físicas. Desse modo, o representacionismo fraco é compatível com o fisicismo.

13 Para Dretske tal independência seria incorreta, porque teria como consequência ou a identidade entre as propriedades fenomenais e os estados cerebrais, esvaziando a expressão “conteúdo representacional”, já que esse conteúdo seria supérfluo ou um compromisso com a tese não fisicista das propriedades fenomenais. Para ele, ambas as posições são inaceitáveis.

14 Entendo a relação entre as propriedades fenomenais e o seu caráter funcional e representacional que determina o seu conteúdo como um fenômeno bio-psicológico, portanto, pré-linguístico. A especificação do conteúdo da experiência ocorre primeiramente por meio de seu papel prático na condução do comportamento e da ação, sendo, por isso, muitas vezes difícil especificar esse conteúdo conceitualmente.

15 As propriedades fenomenais são instanciadas nas experiências e toda experiência é particular no sentido de que ela ocorre em um indivíduo. Desse modo, as propriedades fenomenais que se apresentam nas experiências alucinatórias têm essa natureza particular, mas por não terem vínculos com o objeto externo, o seu conteúdo é abstrato, geral, expressando uma qualidade, como, por exemplo, a vermelhidade. O aspecto aparentemente singular dessas experiências explica-se pelo fato de a experiência ocorrer em indivíduo. Ela revela o aspecto subjetivo da experiência, mas carece inteiramente do vínculo objetivo, porque ela não apresenta nenhum objeto particular.

Já os conteúdos das experiências perceptuais, verídicas ou não, devem ser concebidos de forma diferente, na medida em que eles representam e informam correta ou incorretamente sobre o ambiente externo, por envolverem necessariamente a participação de objeto.¹⁶ Nesse sentido, a experiência perceptual não é algo que ocorre apenas no âmbito interno, mental, do indivíduo, ela se dá na relação com o ambiente.

Desse modo, duas experiências em que uma fosse alucinatória e a outra perceptual verídica que compartilhassem propriedades fenomenais equivalentes teriam conteúdos distintos, pois a última envolveria uma relação causal com o objeto, enquanto o conteúdo da experiência alucinatória conteria apenas as propriedades fenomenais gerais.

No caso de duas experiências alucinatórias diferentes, por serem fenomenalmente distintas, teriam conteúdos funcionais distintos e não teriam conteúdo representacional.

Do mesmo modo, duas experiências perceptuais verídicas causadas por objetos indistinguíveis pela introspecção, mas distintos, não teriam o mesmo conteúdo representacional, ainda que não fossemos capazes de nos dar conta desta distinção.

Já o caso de dois indivíduos fisicamente idênticos, sendo um deles formado biológica e culturalmente como nós, e o outro originado espontaneamente por um aglomerado de partículas aleatórias, é mais complicado. É certo que eles instanciaríamos as mesmas propriedades fenomenais, fossem essas idênticas ou supervenientes aos estados neurofisiológicos que as realizam, mas é controverso se o indivíduo que não possui a história evolutiva e cultural também teria conteúdo representacional equivalente ao do seu *Doppelgänger*. De fato, as propriedades fenomenais que ele experiencia não são funcionais no sentido etiológico acima descrito por ele não ter tido uma história evolutiva. Tampouco elas seriam representacionais, já que elas não foram originadas por meio de relação direta com o objeto adequado. No entanto, dada a tese fisicista de que dois indivíduos fisicamente idênticos possuem os mesmos estados internos e considerando que as histórias filogenética e cultural geraram registros nas estruturas físicas

16 Nos casos de percepção inverídica, a relação com o objeto está presente, porém a sua representação é inacurada, na medida em que se atribui ao objeto, seja por meio de outra experiência seja por meio da reflexão, propriedades que ele não possui e que se mostram equivocadamente atribuídas.

atuais dos indivíduos, é plausível supor que esse indivíduo sem história venha a ter experiências perceptuais a partir da sua interação com o seu meio-ambiente.¹⁷

Consequentemente, não seria possível mais sustentar, como o fez Dretske, que o caráter fenomenal das experiências é propriedade do objeto da experiência.¹⁸ Porém, isso não invalidaria nem a concepção teleofuncional informacional da experiência perceptual e nem o compromisso com a tese da transparência. Podemos considerar que por meio do processo de evolução biológica, as propriedades fenomenais adquiriram o papel funcional de representar as propriedades do ambiente externo e o que fundamentaria e explicaria essa função é a relação de covariação entre as propriedades fenomenais e o ambiente. Porém, só haveria de fato representação, quando houvesse relação com o objeto; nos casos em que essa faltasse, as propriedades fenomenais não representariam, já que sua função seria representar o objeto adequado com o qual o indivíduo estivesse relacionado. No entanto, podemos ainda reconhecer que há um conteúdo a ser atribuído, o conteúdo funcional, especificando a natureza da função. No caso de sistemas perceptuais, a função geral é representar por meio das experiências fenomenais os estados externos ambientais.

Por fim, podemos sustentar que tal concepção representacional das experiências perceptuais está comprometida com a tese da transparência restrita, a saber, aquela que diz que a experiência perceptual verídica é transparente por apresentar as propriedades do objeto com o qual o indivíduo está em relação causal, sendo seu conteúdo representacional singular e não geral.

17 Creio que uma das razões para Dretske não ter aceito essa tese está em que ele só considera a concepção etiológica de função, mas não se pode desconsiderar que a história filogenética só tem algum papel na situação atual dos indivíduos por ter deixado marcas na sua formação atual. E se essa formação atual é idêntica a outra que não tenha passado pelo mesmo percurso, mostra que embora relevante para explicar como a capacidade dos seres vivos de apreender o ambiente externo se formou, ela não é necessária. Isso quer dizer que um processo inteiramente distinto poderia gerar um resultado semelhante. Acredito que não tenhamos que exigir mais do que isso de uma teoria naturalista.

18 “The Representational Thesis identifies the qualities of experience - qualia- with the properties objects are represented, [systemic] as having. The properties that S represents, things to have is, in principle knowable by others. [...] Subjectivity becomes part of the objective order. For materialists, this is as it should be. (Dretske, 2005, p. 65) Não creio que seja correto julgar que apenas o representacionismo forte é compatível com o fisicismo.

Desse modo, acredito não ser preciso abandonar o representacionismo de conteúdo por outro tipo de representacionismo mais distante de nossas intuições sobre as nossas experiências para explicar o fato de que ao percebemos não apreendemos propriedades da experiência, mas propriedades que implicam relação direta com o objeto que está nos causando a experiência.

RESUMO

Abordo, neste artigo, a forma pela qual o representacionismo perceptual compreende a tese da transparência, comprometendo-a, principalmente, com uma concepção indireta da experiência perceptual. Defendo, a partir de uma análise das perspectivas de Fred Dretske e Michael Tye, que é possível vincular-se representacionismo e a tese da transparência com uma concepção direta da experiência perceptual, cujo conteúdo é singular.

Palavras-chave *Experiência perceptual, percepção direta, conteúdo singular, transparência, representacionismo.*

ABSTRACT

In this paper, I intend to review the way in which perceptive representationalism understands the thesis of transparency and its commitment to an indirect conception of perception. From an analysis of the perspectives of Fred Dretske and Michael Tye, I argue for the possibility of relating representationalism and the thesis of transparency to a direct conception of perception.

Key words *Perceptual experience, direct perception, singular content, transparency, representationalism.*

Bibliografia

- CARRUTHERS, Peter (2004) *Phenomenal Consciousness. A naturalistic theory*, Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- CHEDIAK, K. "Funções e explicações funcionais em biologia". In Abrantes, P. *Filosofia da Biologia*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- _____ (2016) Intentionalism and the problem of the content of perception, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 72(2-3), 519-530.
- CRANE, Tim (2007) Intentionalism, in BECKERMANN, A. & McLAUGHLIN, B. *Oxford Handbook of Mind*. Oxford: Oxford Univ. Press.
- CHALMERS, David. (2010) *The Conscious Mind*, Oxford: Oxford Univ. Press.
- DRETSKE, F. (1982) *Knowledge and the flow of information*, Cambridge, MIT Press.
- _____ (1995b) *Naturalizing the mind*, Cambridge, MIT Press.
- FISH, William (2004) "The direct/indirect distinction in contemporary philosophy of perception", *Essays in Philosophy*, 5(1), article 5.
- HARMAN, Gilbert (1990) The Intrinsic Quality of Experience, *Philosophical Perspectives*, 4, 31-52.
- MARTIN, Michael (2002a) "Particular thoughts & singular thoughts", *Royal Institute of Philosophy. Supplement*, 51, 173-214.
- _____ (2002b) "The transparence of experience", *Mind and Language*, 17(4), 376-425.
- NEANDER, K. (2004) *Teleological Theories of Mental Content*, <http://plato.stanford.edu/>.
- TYE, Michael (2009) *Consciousness revisited: materialism without phenomenal concept*, Cambridge, MIT Press.
- _____ (2014a) Transparency, Qualia Realism and Representationalism, *Philosophical Studies*, 170, 39-57.
- _____ (2014b) What is the content of hallucinatory experience? in Brogaard, Berit (ed.) *Does perception have content?* Oxford: Oxford Univ. Press.